

Serras Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da Serras Holding S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Serras Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de doze meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Serras Holding S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de doze meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a base contábil dessas demonstrações financeiras, elaboradas para auxiliar a Serras Holding S.A. ("Companhia") e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na apuração dos resultados financeiros e das cláusulas restritivas (Covenants) em 30 de junho de 2018. Consequentemente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos o balanço patrimonial, individual e consolidado, da Companhia em 30 de junho de 2017 e as demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de doze meses findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já

que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Serras Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017 (não auditado)	2018	2017 (não auditado)			2018	2017 (não auditado)	2018	2017 (não auditado)
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	57	57	5.025	27.775	Fornecedores	11	322	140	12.488	10.170
Contas a receber	5	-	-	27.505	41.087	Empréstimos e financiamentos	9	-	-	59.907	33.184
Impostos a recuperar		-	-	3.808	3.388	Debêntures	10	-	-	27.704	4.243
Despesas pagas antecipadamente	6	62	-	2.616	150	Impostos diferidos		-	-	-	1.632
Dividendos a receber		1.417	1.804	-	-	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	269	-
Adiantamento fornecedores		-	-	51	-	Obrigações tributárias	12	28	2	2.592	11.554
						Provisão para passivo ambiental		-	-	-	350
						Dividendos a pagar		5.684	6.091	5.684	6.092
Total do ativo circulante		1.536	1.861	39.005	72.400	Contas a pagar partes relacionadas	17	-	-	1.006	4.125
						Outras contas a pagar		-	-	427	-
Não circulante						Total do passivo circulante		6.034	6.233	110.077	71.350
Fundos vinculados	4	-	-	35.935	12.501	Não circulante					
Contas a receber	5	-	-	17.149	-	Empréstimos e financiamentos	9	-	-	323.481	378.314
Empréstimos partes relacionadas		-	524	-	524	Debêntures	10	-	-	-	23.514
Mútuos financeiros com partes relacionadas		-	809	-	-	Obrigações tributárias	12	358	-	886	-
Investimento	7	291.336	263.839	-	-	Total do passivo não circulante		358	-	324.367	401.828
Imobilizado	8	-	-	628.835	648.553	Patrimônio líquido	13				
						Capital social		268.172	241.165	268.172	241.165
Total do ativo não circulante		291.336	265.172	681.919	661.578	Reservas de lucros		27.645	21.335	27.645	21.335
						Prejuízos acumulados		(9.337)	(1.700)	(9.337)	(1.700)
						Total do patrimônio líquido		286.480	260.800	286.480	260.800
Total do ativo		292.872	267.033	720.924	733.978	Total do passivo e patrimônio líquido		292.872	267.033	720.924	733.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serras Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de doze meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017 (não auditado)	2018	2017 (não auditado)
Receita operacional líquida	15	-	-	107.361	95.342
Custo operacionais	16	-	-	(37.041)	(23.972)
Lucro Bruto		-	-	70.320	71.370
Despesas gerais e administrativas	17	(692)	(94)	(8.891)	(7.870)
Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas		(692)	(94)	61.429	63.500
Receitas financeiras	20	71	1.597	2.857	4.918
Despesas financeiras	20	(140)	(139)	(60.095)	(52.427)
Resultado de Participações	7	1.399	9.491	-	-
Resultado Financeiro		1.330	10.949	(57.238)	(47.509)
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		638	10.855	4.191	15.991
Imposto de renda	14	-	-	(3.659)	(5.455)
Contribuição social	14	-	-	(1.525)	(2.246)
Imposto de renda diferido		-	-	1.199	1.886
Contribuição social diferido		-	-	432	679
Resultado do período		638	10.855	638	10.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serras Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de doze meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 01 de julho de 2016 (não auditado)	<u>206.952</u>	<u>570</u>	<u>10.826</u>	<u>3.476</u>	<u>221.824</u>
Aumento do Capital Social	34.213	-	-	-	34.213
Lucro líquido do período	-	-	-	10.855	-
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	(6.092)	-
Destinação para reserva legal em 31 de dezembro de 2016	-	802	-	(802)	(2.376)
Destinação para reservas de retenção em 31 dezembro de 2016	-	-	9.137	(9.137)	10.855
Saldos em 30 de junho de 2017 (não auditado)	<u>241.165</u>	<u>1.372</u>	<u>19.963</u>	<u>(1.700)</u>	<u>260.800</u>
Aumento do Capital Social	27.007	-	-	-	27.007
Lucro líquido do período	-	-	-	638	638
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	(1.965)	(1.965)
Destinação para reserva legal em 31 de dezembro de 2017	-	414	-	(414)	-
Destinação para reservas de retenção em 31 dezembro de 2017	-	-	5.896	(5.896)	-
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>268.172</u>	<u>1.786</u>	<u>25.859</u>	<u>(9.337)</u>	<u>286.480</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serras Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de doze meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidada	
	2018	2017 (não auditado)	2018	2017 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos	638	10.855	4.191	15.991
Juros sobre financiamentos	-	-	31.616	36.060
Juros Debentures	-	-	2.238	14.495
Resultado de equivalencia patrimonial	(1.399)	(9.491)	-	-
Depreciação	-	-	26.267	14.137
Varição nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em impostos a recuperar	-	-	(420)	(386)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(62)	-	(2.466)	(72)
(Aumento) redução em contas a receber	-	-	(3.567)	(19.709)
(Aumento) redução em adiantamento de fornecedores	-	-	(51)	-
Aumento (redução) em fornecedores	182	(2.781)	2.318	10.169
Aumento (redução) em partes relacionadas	1.333	1.254	(2.595)	2.360
Aumento (redução) em provisão para passivo ambiental	-	-	(350)	350
Aumento (redução) em dividendos a pagar	(407)	-	(408)	3.716
Aumento (redução) em obrigações tributárias	384	-	(8.076)	1.963
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	-	-	269	-
Aumento (redução) em dividendos a receber	409	-	-	-
Aumento (redução) em outras contas a pagar	-	-	427	-
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	1.078	(163)	49.393	79.074
Pagamento de IR e CS	-	-	(5.982)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Aumento de capital em controladas	(28.085)	(34.034)	-	-
Aplicação em fundos vinculados	-	-	(23.434)	118
Aquisição imobilizado	-	-	(6.549)	(98.470)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(28.085)	(34.034)	(35.965)	(98.352)
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos	-	-	(59.726)	(25.665)
Pagamento de debêntures	-	-	(3.459)	(14.300)
Integralização de capital	27.007	34.213	27.007	34.213
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	27.007	34.213	(36.178)	(5.752)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	-	16	(22.750)	(25.030)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	57	41	27.775	52.805
No fim do período	57	57	5.025	27.775
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	-	16	(22.750)	(25.030)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Serras Holding (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Natal/RN. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. A relação das empresas controladas está apresentada na Nota 2.2.

b. Autorização para produção de energia, potência instalada e capacidade produtiva

As controladas da Companhia, que iniciaram suas operações em janeiro de 2016, possuem as seguintes autorizações para funcionamento como “produtor independente de energia elétrica” expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e capacidades de geração de energia elétrica:

Companhia	Central geradora eólica	Prazo de autorização (anos)	Capacidade (não auditado)
Eólica Seridó S.A.	Serra de Santana III	30	30 MW
Eólica Lanchinha S.A.	Lanchinha	30	28 MW
Eólica Paraíso S.A.	Pelado	30	20 MW
Eólica Lagoa Nova S.A.	Serra de Santana II	30	30 MW
Eólica Serra de Santana S.A.	Serra de Santana I	30	20 MW
			<u>128 MW</u>

c. Capital circulante negativo

Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante consolidado no montante de R\$71.071 e na controladora no montante de R\$4.498. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Essas demonstrações financeiras foram elaboradas para fornecer informações necessárias da apuração dos resultados financeiros e das cláusulas restritivas (*covenants*) em 30 de junho de 2018, pela Companhia e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Conseqüentemente, a demonstração financeira não pode servir para outras finalidades.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de agosto de 2018.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis individuais da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2018, apresentadas abaixo:

Controladas:	% de Participação
Eólica Seridó S.A.	100,00
Eólica Lanchinha S.A.	100,00
Eólica Paraíso S.A.	100,00
Eólica Lagoa Nova S.A.	100,00
Eólica Serra de Santana S.A.	100,00

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Não há julgamentos críticos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras e fundos vinculados que estão a valor justo.

3 Principais Práticas Contábeis

a. Base de consolidação

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Empresas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Mudanças a partir de 1º de janeiro de 2018

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

- **Classificação - Ativos e passivos financeiros**

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas entre os períodos aos quais se referem estas demonstrações financeiras. Abaixo, seguem os saldos no momento da adoção inicial ao pronunciamento:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)		
Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Total de ativos financeiros		
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)		
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado
Total de passivos financeiros		

c. Investimentos

Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. A seguir, segue a estimativa de vida útil do imobilizado:

Torres de Geração de Energia Eólica

25 anos

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

f. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes para a Holoding, são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente para as SPEs, são calculados com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$60 (Base trimestral) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

g. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A Companhia possui um único contrato, na modalidade de Energia de Reserva, celebrado com a CCEE, o qual possui as seguintes características:

- Contabilização e liquidação exclusivamente no mercado de curto prazo da CCEE;
- Contratos firmados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE;
- Recebimento de receita fixa com base no contratado, independente de sua geração;
- Liquidação do excedente do limite superior (30% da energia contratada) ou inferior (10% da energia contratada) no exercício subsequente.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia e suas controladas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo e debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

4 Caixas, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Bancos	-	-	131	3.036
Aplicações Financeiras (a)	57	57	4.894	24.739
Total	57	57	5.025	27.775

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, junto ao Bradesco e Santander, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 99% CDI referente as aplicações do Santander e 97% CDI referente as aplicações no Bradesco.

b. Fundos vinculados

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Garantia serviço da dívida BNDES	16.719	12.433
Garantia serviço debentures	-	68
Centralizadora	9.400	-
Reserva especial	6.613	-
Garantia O&M	3.203	-
Total	35.935	12.501

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Reserva da Dívida e Reserva de O&M), em que é exigido pelo Banco financiador que sejam mantidas três parcelas atualizadas referentes ao valor da última amortização e ¼ do valor anual a pagar referente aos contratos de Operação e Manutenção.

Adicionalmente, a Companhia mantém contas de pagamento das Debêntures de titularidade das SPEs em que são transferidos mensalmente na proporção de 1/6 (um sexto) da próxima prestação devida aos Debenturistas.

Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante.

5 Contas a receber (Consolidado)

	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	<u>44.654</u>	<u>41.087</u>
Circulante	27.505	41.087
Não circulante	17.149	-

Todos os títulos em aberto em 30/06/2018 estão classificados como a vencer.

O montante de R\$ 17.149 classificado como não circulante refere-se aos montantes de energia geradas a maior no primeiro quadriênio que serão liquidadas no próximo exercício, conforme regras estabelecidas no Contrato de Venda de Energia celebrado com a CCEE.

6 Despesas pagas antecipadamente

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Premios de seguros	62	-	923	150
Fianças bancárias (a)	-	-	<u>1.693</u>	-
	<u>62</u>	<u>-</u>	<u>2.616</u>	<u>150</u>

- (a) As fianças bancárias são tomadas junto a instituições financeiras como garantias às obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas perante o BNDES.

7 Investimentos

	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Investimentos	<u>291.336</u>	<u>263.839</u>
Total	<u>291.336</u>	<u>263.839</u>

A Companhia possui investimentos em empresas eólicas realizados através de aportes de capital, abaixo estão relacionados os investimentos nas controladas:

30/06/2018					
Companhia	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do período	Investimento	Equivalência
Eólica Serra de Santana SA	100%	54.036	3.903	54.036	3.903
Eólica Lagoa Nova SA	100%	70.140	320	70.140	320
Eólica Serido SA	100%	64.372	684	64.372	684
Eólica Paraíso SA	100%	41.369	(3.081)	41.369	(3.081)
Eólica Lanchinha SA	100%	61.419	(427)	61.419	(427)
				291.336	1.399

30/06/2017 (não auditado)					
Companhia	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do período	Investimento	Equivalência
Eólica Serra de Santana SA	100%	46.981	(2.033)	46.981	(2.033)
Eólica Lagoa Nova SA	100%	64.807	3.796	64.807	3.796
Eólica Serido SA	100%	59.948	5.492	59.948	5.492
Eólica Paraíso SA	100%	39.170	2.955	39.170	2.955
Eólica Lanchinha SA	100%	52.933	(719)	52.933	(719)
				263.839	9.491

Movimentação dos investimentos

30/06/2018					
Companhia	01/07/2017 (não auditado)	Aumento de capital	Dividendos	Resultado de equivalência patrimonial	30/06/2018
Eólica Serra de Santana SA	46.981	3.821	(669)	3.903	54.036
Eólica Lagoa Nova SA	64.807	5.552	(539)	320	70.140
Eólica Serido SA	59.948	4.083	(343)	684	64.372
Eólica Paraíso SA	39.170	5.716	(436)	(3.081)	41.369
Eólica Lanchinha SA	52.933	8.913	-	(427)	61.419
	263.839	28.085	(1.987)	1.399	291.336

Companhia	30/06/2017 (não auditado)				30/06/2017 (não auditado)
	01/07/2016 (não auditado)	Aumento de capital	Dividendos	Resultado de equivalência patrimonial	
Eólica Serra de Santana SA	40.988	8.026	-	(2.033)	46.981
Eólica Lagoa Nova SA	48.332	13.074	(395)	3.796	64.807
Eólica Serido SA	43.827	11.507	(878)	5.492	59.948
Eólica Paraiso SA	36.242	351	(379)	2.955	39.169
Eólica Lanchinha SA	52.728	1.076	(152)	(719)	52.933
	222.117	34.034	(1.804)	9.491	263.838

8 Imobilizado (Consolidado)

	Consolidado			
	30/06/2018			30/06/2017
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor Líquido (não auditado)
Edificações, obras civis e benfeitorias	678.384	(49.819)	628.565	648.283
Imobilizado em andamento (a)	270	-	270	270
Total	678.654	(49.819)	628.835	648.553

Movimentação do imobilizado

	Consolidado			
	Saldo em 01/07/2017 (não auditado)	Adições	Depreciação	Saldo em 30/06/2018
Edificações, obras civis e benfeitorias	648.283	6.549	(26.267)	628.565
Imobilizado em andamento (a)	270	-	-	270
Total	648.553	6.549	(26.267)	628.835

	Consolidado				
	Saldo em 01/07/2016 (não auditado)	Adições	Transferências	Depreciação	Saldo em 30/06/2017 (não auditado)
Edificações, obras civis e benfeitorias	555.560	53.415	53.715	(14.137)	648.553
Imobilizado em andamento (a)	8.660	45.055	(53.715)	-	-
Total	564.220	98.470	-	(14.137)	648.553

(a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.

9 Financiamentos (Consolidado)

	Taxa de juros	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Financiamentos (a)	2,55% a.a. + TJLP	<u>383.388</u>	<u>411.498</u>
Circulante		59.907	33.184
Não Circulante		323.481	378.314

- (a) A companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste contrato denominado de financiamento mediante abertura de crédito.

A movimentação dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

Saldo em 30 de junho de 2017 (não auditado)	<u>411.498</u>
Amortização de principal e juros	(59.726)
Juros Incorporados a Dívida	<u>31.616</u>
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>383.388</u>

Covenants e garantias

O financiamento com o BNDES tem como garantia a totalidade das ações da Companhia e/ou a alienação fiduciária de equipamentos e/ou a cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e/ou carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento.

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES, e manter até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” de acordo com as condições contratuais acordadas, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato (exclusivamente para BNDES);
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76.
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado, apurado anualmente, igual a superior a 1,3 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2017.

10 Debêntures (Consolidado)

Em 01 de julho de 2014 a Diretoria Executiva autorizou a emissão pública de debêntures em série única de 340.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 340.000.000,00 com distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e das demais disposições e regulamentares aplicáveis. O prazo de vencimento foi de 48 meses, contadas da sua emissão e observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e amortizações extraordinárias facultativas.

Os juros remuneratórios serão pagos pela emissora, em única parcela na data de vencimento, a taxa incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures é de 100% CDI + 2,40% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis” por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou da última data de pagamento dos juros remuneratórios.

O Valor Nominal Unitário será atualizado pela variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, até a integral liquidação das mesmas. A amortização ocorrerá em uma parcela na data de vencimento.

As garantias reais das debêntures são o contrato de penhor das ações, representado pela totalidade do capital social da Companhia em posse do Acionista Echoenergia Participações S.A., também são garantidas por cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes dos Contratos de Energia de Reserva - CER nº 128/10.

A Companhia e suas controladas efetuaram o pagamento antecipado das debêntures em 29 de agosto de 2018, por isso o saldo foi reclassificado, em sua totalidade, para o passivo circulante.

	Encargos	Vencimento	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
1ª série (única)	100% CDI + 2,40% a.a	Outubro de 2030	<u>27.704</u>	<u>27.757</u>
Circulante			27.704	4.243
Não circulante			-	23.514

A movimentação das debêntures ocorreu da seguinte forma:

Saldo em 30 de junho de 2016 (não auditado)	<u>27.788</u>
Amortização do Principal e juros	(3.459)
Juros Incorporados a Dívida	<u>3.428</u>
Saldo em 30 de junho de 2017 (não auditado)	<u>27.757</u>
Juros Incorporados a Dívida	2.111
Amortização do Principal e juros	<u>(2.164)</u>
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>27.704</u>

11 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de suas atividades, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Fornecedores Materiais e serviços	322	140	12.488	10.170

12 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Circulante				
IRPJ e CSLL a pagar	1	-	288	8883
PIS	-	-	106	160
COFINS	-	-	437	618
Outros impostos a pagar	4	2	1037	1893
Impostos parcelados	23	-	724	-
Total	28	2	2.592	11.554
Não circulante				
Impostos parcelados	358	-	886	-
	358	-	886	-

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$268.172 em 30 de junho de 2018 (R\$ 241.165 em 30 de junho de 2017, não auditado) e está representado por 268.172 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Durante o período de doze meses findo em 30 de junho de 2018 foi integralizado ao capital social o montante de R\$27.007.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. O montante de R\$1.965 refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e R\$6.092 refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O exercício social da Companhia encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, portanto, nessas demonstrações financeiras do período de doze meses findo em 30 de junho, não será efetuada

distribuição de dividendos.

c. Reserva de legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O exercício social da Companhia encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, portanto, nessas demonstrações financeiras do período de doze meses findo em 30 de junho, não serão efetuadas as destinações para reserva legal.

d. Reserva de Retenção de Lucros

O saldo de retenção de lucros, refere-se aos lucros acumulados de exercícios anteriores, os quais estão à disposição da Assembleia para futuras destinações.

e. Lucros (prejuízos) acumulados

O saldo referente aos lucros (prejuízos) acumulados, ao final do exercício de 2018, será destinado conforme o estatuto social da Companhia e nos termos da Lei 6.404/76.

14 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	Consolidado			
	30/06/2018		30/06/2017 (não auditado)	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	110.716	110.716	98.413	98.413
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	8.857	13.286	7.873	5.278
Demais receitas	5.780	3.656	13.948	19.678
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Corrente	(3.659)	(1.525)	(5.455)	(2.246)

15 Receita operacional líquida (Consolidado)

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Receita bruta	110.716	98.413
Venda de Energia elétrica	110.716	98.413
(-) Deduções da receita bruta	(3.355)	(3.071)
Pis	(597)	(545)
Cofins	(2.758)	(2.526)
	107.361	95.342

16 Custos de geração

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Depreciação	(26.268)	(14.138)
Compra de energia	(2.770)	(7.692)
Encargos de transmissão e conexão	(2.020)	-
Despesa com manutenção	(1381)	(471)
Serviços de terceiros	(903)	(449)
Arrendamentos e aluguéis	(1.453)	(1.222)
Seguros	(946)	-
Custo com pessoal	(422)	-
Taxa de fiscalização ANEEL	(147)	-
Compartilhamento de despesas	(704)	-
Outros	(26)	-
	(37.041)	(23.972)

17 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(185)	(72)	(4.093)	(4.162)
Viagens, diárias e ajuda de custos	-	-	(2)	(184)
Taxas e Emolumentos	-	-	(88)	-
Tributos	(1)	(5)	(572)	(2.149)
Despesas com cartório	-	-	(175)	(132)
Despesas legais, judiciais e publicações	(36)	-	(1.189)	(340)
Serviços e assessoria	-	(17)	(420)	(460)
Compartilhamento de custos	-	-	(1.186)	-
Auditoria externa	(81)	-	(547)	(201)
Outras	(389)	-	(619)	(242)
Total	(692)	(94)	(8.891)	(7.870)

18 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos tributários e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais.

A movimentação abaixo apresenta as causas possíveis de perda e não há causas prováveis até o momento que devem ser reconhecidas no resultado da Companhia.

Movimentação dos processos judiciais possíveis

	Tributárias	Tributárias	Total
Em 30 de junho de 2017 (não auditado)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Adições	596	2.247	2.843
Baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 30 de junho de 2018	<u>596</u>	<u>2.247</u>	<u>2.843</u>

19 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de passivos e resultado em 30 de junho de 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Passivo		
Echo Participações S.A. (a)	<u>1.006</u>	<u>4.125</u>
Resultado		
Compartilhamento de custos (a)	(704)	-
Compartilhamento de despesas (a)	<u>(1.186)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(1.890)</u>	<u>-</u>

- (a) A Companhia possui despesas, custos e contas a pagar referente a compartilhamentos de despesas e custos entre as empresas do Grupo Echoenergia Participações S.A.

Remuneração dos administradores

Nos períodos de doze meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2018	30.06.2017 (não auditado)	30.06.2018	30.06.2017 (não auditado)
Outras receitas	-	2	118	17
Rendimentos de aplicação financeira	<u>71</u>	<u>1.595</u>	<u>2.739</u>	<u>4.901</u>
Receitas financeiras	<u>71</u>	<u>1.597</u>	<u>2.857</u>	<u>4.918</u>

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2018	30.06.2017 (não auditado)	30.06.2018	30.06.2017 (não auditado)
Tarifa bancária	-	-	(132)	-
Juros Debêntures	-	-	(2.238)	(14.495)
Juros BNDES	-	-	(31.616)	(36.060)
Juros, Comissões e outras despesas bancárias	-	-	(23.625)	-
IOF	(30)	(135)	(35)	(159)
Outros gastos financeiros	-	-	(1.830)	(414)
Juros fornecedores	(109)	(4)	(574)	(1.299)
Multas	(1)	-	(45)	-
Despesas financeiras	(140)	(139)	(60.095)	(52.427)

21 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 30 de junho de 2018 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pelas controladas relacionados ao CAPEX (Capital expenditure) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

22 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	30/06/2018		30/06/2017 (não auditado)	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	57	57	57	57
Fornecedores	322	322	140	140
Total	379	379	197	197
	Consolidado			
	30/06/2018		30/06/2017 (não auditado)	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	5.025	5.025	27.775	27.775
Fundos vinculados	35.935	35.935	12.501	12.501
Contas a receber	44.654	44.654	41.087	41.087
Fornecedores	12.488	12.488	10.170	10.170
Financiamentos	383.388	383.388	411.498	411.498
Debêntures	27.704	27.704	27.757	27.757
Total	509.194	509.194	530.788	530.788

b. Instrumentos financeiros por categoria

		Fluxos de caixa contratuais - Consolidado				
30/06/2018	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
Fornecedores	12.488	12.488	-	-	-	
Debêntures	27.704	27.704	-	-	-	
Financiamentos	383.388	59.907	119.814	203.667	-	
Total	423.580	100.099	119.814	203.667	-	

30/06/2017 (não auditado)	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	10.170	10.170	-	-	-
Debêntures	27.757	4.243	8.486	15.028	-
Financiamentos	411.498	33.184	66.368	132.736	179.210
Total	449.425	47.597	74.854	147.764	179.210

c. Instrumentos financeiros por categoria

		Controladora			
		30/06/2018		30/06/2017 (não auditado)	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
<i>Ativos financeiros:</i>					
Caixas e equivalentes de caixa		-	57	-	57
<i>Passivos financeiros:</i>					
Fornecedores		322	-	140	-

		Consolidado			
		30/06/2018		30/06/2017 (não auditado)	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
<i>Ativos financeiros:</i>					
Caixas e equivalentes de caixa		131	4.894	3.036	24.739
Fundos vinculados		-	35.935	-	12.501
Contas a receber		44.654	-	41.087	-
<i>Passivos financeiros:</i>					
Fornecedores		12.488	-	10.170	-
Debêntures		27.704	-	27.757	-
Financiamentos		383.388	-	411.498	-

d. Análise de sensibilidade

Variação das taxas de juros e índices	Variação 30/06/2018	Cenário provável 30/06/2019	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP *	6,9%	6,56%	0,34 p.p.	1,6 p.p.	3,3 p.p.
CDI **	6,5%	8,0%	1,50 p.p.	2,0 p.p.	4,00 p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI **	6,5%	8,0%	1,50 p.p.	2,0 p.p.	4,00 p.p.

* Taxa de juros de longo prazo

** Certificado de depósito interbancário

Risco de aumento (passivo)	Índice	30/06/2018	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos	TJLP	383.388	25.150	31.438	37.725
Debêntures	CDI	27.704	2.216	2.770	3.324
Total		411.092	27.366	34.208	41.049
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	40.829	3.266	4.083	4.899

23 Eventos subsequentes

a) Emissão da Debêntures de Serras Holding

Em 26 de julho de 2017 a Diretoria da Serras Holding aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos. A emissão ocorreu em 31 de julho de 2018, havendo sido emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures no valor total de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais), nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e das demais disposições e regulamentares aplicáveis.

A Emissão foi realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431") e do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, tendo em vista o enquadramento do Projeto como projeto prioritário pelo Ministério de Minas e Energia por meio das seguintes Portarias do MME: (i) nº 483 de 19 de outubro de 2015 em nome de Serra de Santana; (ii) nº 213 de 14 de maio de 2015, em nome de Lagoa Nova; (iii) nº 484, de 19 de outubro de 2015 em nome de Seridó; (iv) nº 282, de 23 de junho de 2015 em nome de Paraíso; e (v) nº 214, de 14 de maio de 2015 em nome de Lanchinha.

O prazo de vencimento foi de 14 (quatorze) anos, contadas da sua emissão e observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e amortizações extraordinárias facultativas.

O valor nominal unitário das debêntures será atualizado pela variação acumulada do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado ("IPCA"). Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,640% (sete inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

O primeiro pagamento de juros remuneratórios será realizado em 15 de agosto de 2019, e os demais pagamentos de juros remuneratórios serão pagos semestralmente nas datas indicadas no instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debentures de Serras Holdings. O valor nominal atualizado das debêntures será amortizado em 27 parcelas, sendo a primeira parcela devida em 15 de agosto de 2019 e a última na data de vencimento das debêntures, conforme cronograma descrito no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debentures de Serras Holdings.

Deverão ser constituídas as garantias reais: Penhor de Ações; Penhor de Equipamentos e de Direitos Creditórios; Penhor dos direitos emergentes das autorizações das SPEs emitidas pelo MME; Penhor dos direitos emergentes dos contratos de O&M; Penhor dos direitos creditórios de titularidade das SPEs decorrentes dos contratos de energia de reserva; e de cessão fiduciária de direitos creditórios das SPEs.

As garantias reais descritas acima serão compartilhadas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, na proporção do respectivo saldo devedor de cada credor, com as dívidas decorrentes do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0680.1", celebrado em 16 de dezembro de 2015, entre as SPEs, o BNDES e outros, conforme aditado, cujos recursos foram ou serão destinados ao Projeto, de acordo com o "Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças" a ser celebrado entre BNDES e o Agente Fiduciário.

Serão constituídas ainda garantias fidejussórias tais quais fianças das SPEs e da Echoenergia Participações S.A.

A emissão ocorreu em 31 de julho de 2018, sendo a liquidação financeira do ativo em 03 de agosto de 2018, com referido depósito em conta da companhia junto ao banco ABC.

b) Liquidação dos Mútuos entre SPEs

Durante o mês de agosto de 2018 ocorreu a liquidação total dos mútuos intercompany existentes entre as SPEs. O mútuos foram liquidados conforme tabela abaixo.

Pagador	Recebedor	Data	Valor
Eolica Serido S.A.	Eolica Paraíso S.A.	24/08/2018	900
Eolica Serido S.A.	Eolica Lanchinha S.A.	24/08/2018	5.300
Eolica Paraíso S.A.	Eolica Lagoa Nova S.A.	24/08/2018	264
Eolica Lanchinha S.A.	Eolica Lagoa Nova S.A.	24/08/2018	301
			6.765

c) Resgate Antecipado das Debentures das SPEs

No dia 29 de agosto de 2018 ocorreu o resgate antecipado total das debêntures emitidas pela Eólica Lagoa Nova S.A., Eólica Paraíso S.A., Eólica Lanchinha S.A., e Eólica Serra de Santana S.A.

Empresa	Valor
Eolica Lagoa Nova S/A	9.422
Eolica Lanchinha S/A	12.624
Eolica Paraiso S/A	2.684
Serra de Santana S/A	3.339
	28.070

d) Aumento de capital nas investidas

Durante o mês de agosto de 2018 ocorreram aumentos de investimentos nas controladas conforme quadro abaixo:

Empresa	Data	Valor
Eolica Lagoa Nova S/A	27/08/2018	9.429
Eolica Serido S/A	24/08/2018	6.200
Eolica Lanchinha S/A.	27/08/2018	8.634
Eolica Paraiso S/A	27/08/2018	2.686
Serra de Santana S/A	27/08/2018	3.342
		30.291